



A nova reforma da PAC pode prejudicar gravemente os interesses dos agricultores e da agricultura portuguesa.

O que está em causa:

■ **Baixa de preços:** cereais, carne bovina e leite.

■ **Ajudas insuficientes para compensar baixas de preços!**

■ **Novas barreiras e velhos obstáculos à produção nacional** – quotas, números máximos de animais com prémio, níveis de produtividade e intensificação, etc.

■ **Continuarem os agricultores portugueses a receber 3, 4, 5 vezes menos ajudas que os outros agricultores da União Europeia** – isto é, continuarem 20% dos agricultores a comer 80% das ajudas da Comunidade.

■ **Permanecerem sem ajudas ao rendimento, ou com ajudas reduzidas, os principais produtos dos países do Sul da Europa:** vinho, frutas e legumes, azeite, etc.

■ **Manter a possibilidade de acrescentar graduação alcoólica a partir do açúcar de beterraba e da fabricação do vinho a partir da importação de mostos de países de fora da União Europeia (Chile, Argentina).**

Não a esta reforma da PAC!



Em Portugal, a aprovar-se tal Reforma da PAC, continuará o escândalo:

Menos de 10% dos agricultores, os grandes proprietários, continuarão a receber 90% das ajudas!

Em 1997: 260 mil explorações receberam de ajudas, em média, menos de 100 contos! 1500 receberam, em média, mais de 20 mil contos!

As 74 maiores receberam, em média, 66 mil contos!

Esta reforma da PAC não pode passar !

Os agricultores têm que impedir o Governo PS/Guterres de as aceitar!

Portugal continua, pelo Tratado da União Europeia, a ter o direito de vetar – mesmo sozinho – contra os outros países – as questões que ponham em causa a sua sobrevivência, o seu interesse vital!

Agricultores O PCP está convosco

como esteve em 1992, contra a primeira reforma da PAC levada a cabo pelo então ministro da Agricultura Arlindo Cunha, do Governo PSD/Cavaco Silva.

A agricultura portuguesa e europeia precisa de outra PAC - Política Agrícola Comum que respeite a especificidade da nossa agricultura e onde fique garantido:

■ **O direito a produzir.** Portugal não produz demais, pois importa dois terços de produtos agro-alimentares. Não se pode vender a agricultura portuguesa trocando o direito a produzir por, por mais uns milhares ou milhões de ECUS ou EUROS!

■ **Preço mínimo garantido para um dado volume de produção compensado, quando necessário, por ajudas públicas.**

■ **Ajudas maiores para os agricultores com menores rendimentos, e que privilegiem a agricultura familiar.** Isto é, a definição de um tecto máximo (plafonamento) e a modulação das ajudas devem ser feitos segundo os critérios de redução das desigualdades, da manutenção do emprego, da conservação do ambiente.

■ **Nível de ajudas idêntico para todas as culturas,** aumentando substancialmente os apoios às produções do Sul da Europa.

■ **Um regulamento para a vinha e o vinho,** que o defenda como produto natural, feito nas próprias regiões produtoras, combatendo a sua «industrialização» através do martelão com açúcar ou com mostos importados.



Outra política agrícola é necessária. Outra PAC que, como propõe o PCP, garanta a Portugal:

■ **A existência de uma agricultura moderna, desenvolvida, capaz de garantir a segurança alimentar do País.**

■ **Rendimentos suficientes para todos os que trabalham a terra, e defesa do emprego nos meios rurais.**

■ **O direito a produzir e a atingir as médias de produtividade da Europa compatíveis com o ambiente.**

■ **A redução das desigualdades sociais e regionais, impedindo o empobrecimento das zonas rurais e a desertificação do interior.**

■ **O desenvolvimento do Mundo Rural.**

Os Agricultores portugueses devem estar atentos!

Quer o Governo PS/Guterres quer os outros partidos da oposição limitam-se a querer ou propor remendos.

Guterres disse:

«Encorajamos a Comissão (Europeia) a ser firme na defesa das suas posições, que consideramos essencialmente correctas!»

«Público» 25/2/99

O ministro Capoulas Santos apresenta uma contrapartida de Reforma da PAC através da qual continua a entregar milhares de contos aos grandes proprietários do Alentejo, e considerou «**globalmente positiva para Portugal**» a reforma aprovada no dia 10/11 de Março.

O PSD propôs descidas de preços mais suaves! E fala de um «Programa específico» para a agricultura portuguesa, esquecendo que em 1992 vendeu «3 anos de transição» e a especificidade da agricultura portuguesa por uns milhões de ECUS.! Isto não é nada!

A proposta da Comissão Europeia é pano podre! Não aguenta remendos!



A PAG e a PAC

A PAG – POLÍTICA AGRÍCOLA DO GUTERRES,
E A PAC – POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM,
ESTÃO A ARRUIRAR A AGRICULTURA.

Há razões para o descontentamento
dos agricultores!

Há razões para os seus protestos!
Há razões para reclamar uma política diferente
para a agricultura nacional!

■ Quebra brutal dos rendimentos dos agricultores em 1997 e 1998

Em 1997 menos 13.7%. Em 1998 menos 13.4%.

Em dois anos (relativamente a 1996) menos 223 milhões de contos do rendimento disponível para a Agricultura Familiar!

Uma quebra de 540 contos por exploração!

Contas feitas, o rendimento médio da exploração familiar foi, em 1998, 582 contos para cada exploração, ou seja, 42 contos mês, o que significa apenas 73% do salário mínimo nacional!

Se na casa de lavoura trabalham o homem e a mulher cada um teve de «salário», em 1998, 21 contos por mês!



■ Intempéries climáticas – prejuízos sem resposta suficiente do Governo

Em 1998, o Governo dos Estados Unidos da América do Norte, para fazer face a uma quebra de rendimento agrícola de 12% - reparem bem, quebra de 12% - resolveu dar uma ajuda aos maiores e mais ricos agricultores do mundo, de 15 mil milhões de dólares.

E para o presente ano de 1999, o governo americano considera que os agricultores americanos terão necessidade de «poderosos apoios» para resolverem os baixos preços que os penalizam e vai dar-lhes de subsídio 6 a 13 mil milhões de dólares.

E cá, nesta santa terra, julga-se errado os agricultores receberem indemnizações com quebras de produção superiores a 50%!



■ Sanidade animal, suinicultores, avicultores e produtores de carne bovina, de rastos!

No caso das «vacas loucas», o embargo da União Europeia à carne portuguesa resultou do Governo não ter avançado com as medidas recomendadas pela Assembleia da República para fiscalização da proibição do uso de produtos animais nas rações, porque custavam 1 milhão de contos!

■ Segurança Social dos agricultores – um recuo histórico nos direitos do País rural

O Governo diz que tem milhões de contos para pagar reformas antecipadas a agricultores mais velhos que queiram abandonar as terras. Então deve também haver dinheiro para aliviar as contribuições para a Segurança Social dos que continuam na lavoura!

■ Crédito – um escândalo. Milhões de contos foram parar ao grande capital da agro-indústria, grandes proprietários, banqueiros e algumas multinacionais. Assim aconteceu com a linha de crédito de desendividamento de 150 milhões de contos

A Banca continua a engordar à custa da lavoura que só em 1997 e 1998 pagou de juros 87 milhões de contos!

- Lucros da Banca em 1996 – 180 milhões de contos

- Lucros da Banca em 1997 – 246 milhões de contos

Crescimento dos lucros 96/97 – mais de 50%! E em 1998 e 1999 os aumentos vão pelo mesmo caminho!

■ Preços e as duas inflações na agricultura

Estranhamente, no sector agrícola há duas inflações. Aquilo que a agricultura vende, não tem inflação, ou pior, até podem baixar os preços! Por outro lado, todos os anos os agricultores pagam mais pelos adubos, rações, combustíveis, serviços burocráticos do Estado, etc. ...

Alguém deu pela baixa de preços do porco e da carne bovina nos talhos e hipermercados? Quem ganha com a crise da suinicultura e bovinicultura nacionais?

■ Importações – sem freio nem fiscalização

Está constituído, desde 21 de Maio de 1997, por proposta do PCP aprovada na Assembleia da República, um Observatório dos Mercados Agrícolas e Importações Agro-alimentares.

Quase dois anos depois, continua sem actuar em defesa da produção nacional!



PCP, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, uma intensa actividade na defesa da Agricultura Portuguesa

Na Assembleia da República

Fez aprovar:

■ A lei de Bases do Desenvolvimento Florestal e o Observatório dos Mercados Agrícolas e Importações Agro-alimentares.

Resoluções

■ Sobre a Reforma do Sector das Frutas e Produtos Hortícolas e em defesa da olivicultura nacional.

■ Medidas de emergência para apoios aos agricultores portugueses atingidos por intempéries.

Propostas aprovadas no Orçamento do Estado:

■ Para apoiar a regularização dos créditos do Estado sobre direitos de agricultores e cooperativas.

■ Isenção do imposto especial para a aguardente produzida para auto-consumo

■ Autorização de despesas para o Estado fazer face aos prejuízos dos agricultores por intempéries e quebras resultantes do embargo à carne bovina nacional.

Intervenções diversas:

■ Sobre o futuro do Alqueva e sobre a produção cerealífera.

■ Em defesa de um programa de combate aos fogos florestais.

■ O estado da agricultura em Portugal

■ Debate de urgência sobre as propostas comunitárias para o azeite.

■ Sobre a Reforma da PAC.

No Parlamento Europeu

Relatórios/Pareceres

Intervenções/Perguntas sobre:

■ Evolução e futuro da política comunitária no sector dos frutos e produtos hortícolas.

■ Prejuízos causados na agricultura portuguesa por catástrofes naturais / A seca e a geada em Portugal.

■ Importação de leite por Portugal.

■ Estratégia global de prevenção e defesa da floresta comunitária.

■ Regulamentação de incentivo a produtos regionais de particular qualidade.

■ OCM das frutas e produtos hortícolas e OCM dos produtos transformados.

■ Responsabilidades da Comissão desde 1990 no que respeita à BSE (vacas loucas).

■ Quotas do tomate após a aprovação da OCM das frutas e legumes.

■ A situação do mercado do arroz.

■ A Reforma da PAC.

■ Garantia de Indemnizações Compensatórias para explorações de pequena dimensão (menos de 2 ha).

■ Defesa da designação «Porto».

■ OCM do sector do tabaco em rama.

■ O estado da agricultura em Portugal

■ Produção horticola portuguesa afectada por chuvas e granizos.

■ Ajudas aos produtores de beterraba sacarina portuguesa.

■ OCM do azeite – futuro do olival português em perigo.

■ Plano contra a crise no mercado da carne de porco.



Ilda Figueiredo

Cabeça de Lista da CDU nas Eleições para o Parlamento Europeu

Quero garantir-vos que os deputados da CDU a eleger em 13 de Junho próximo vão continuar firmemente empenhados na defesa da agricultura portuguesa.

Conhecemos os vossos problemas como ninguém. Há muito que denunciamos a injustiça na distribuição dos dinheiros da PAC e lutamos para que tal situação seja corrigida. As explorações agrícolas familiares portuguesas devem ter ajudas idênticas às dos agricultores franceses ou espanhóis.

Por outro lado, Portugal não produz demais, produz de menos, pois importamos quase dois terços do que o País consome. É essencial que a PAC nos deixe produzir. É necessário que a produção nacional seja apoiada e protegida!

Sabem os agricultores portugueses que não houve pequeno ou grande problema da agricultura portuguesa que não tivesse sido levado ao Parlamento Europeu pela voz dos deputados comunistas. Assim queremos e vamos continuar.

**Mas lembrem-se:
uma CDU mais forte,
com mais deputados,
defenderá
melhor
a lavoura
portuguesa.**



Contamos consigo.

PCP

*pelo trabalho feito e provas dadas,
garantia sólida
da defesa da Lavoura Nacional*

